

Boletim destinado à divulgação das aquisições incorporadas ao acervo da Biblioteca do Ministério da Saúde.

ALERTA

AGOSTO/2007 v. 13, n. 8

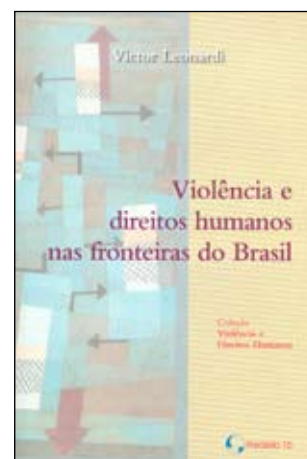
ISSN 0104-9755

IMPRESSO

RESUMOS

Violência e Direitos Humanos nas Fronteiras do Brasil

Este trabalho é fruto de quatro anos de viagens pelas fronteiras do Brasil e pode ser visto como parte de uma pesquisa mais ampla sobre a Amazônia iniciada em 1997. Sua leitura propicia, pelo menos, duas fortes emoções: espanto com a monumentalidade da pesquisa e revolta com os efeitos da violência sobre os habitantes das regiões fronteiriças. Tomamos contato, ainda, com uma realidade complexa e carente, antes de tudo, de entendimento e atenção da nossa sociedade e do governo brasileiro. O foco sobre as redes sociais existentes nas fronteiras e a interiorização da epidemia de aids no Brasil só faz aumentar a importância desta obra, cuja maior contribuição é explorar as relações entre o contexto de violência que envolve as populações estudadas e as diferentes iniciativas de educação em saúde e de prevenção relacionadas ao vírus HIV. Entre outros temas, tal obra ainda trata de comportamentos e situações de risco, como o uso de drogas injetáveis e a prática de sexo desprotegido, que potencializam os efeitos negativos da violência sobre a saúde das populações estudadas.

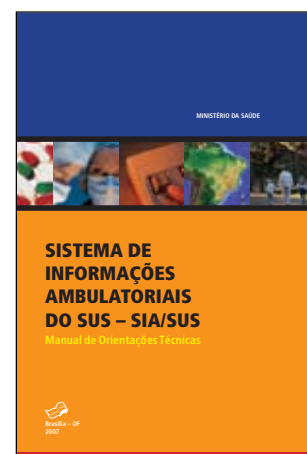


Guia de Tratamento Clínico da Infecção pelo HIV: Pediatria

A necessidade de rever e sistematizar questões complexas e controversas no âmbito da terapêutica anti-retroviral em crianças levou o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids, do Ministério da Saúde, a constituir grupos de trabalho para discussão e elaboração de documentos que refletissem o consenso nacional sobre o tema. A partir de 1998, os avanços importantes no cuidado das crianças expostas e infectadas foram incorporados aos novos Guias de Tratamento da Infecção pelo HIV em Crianças, publicados em 1998, 1999, 2000, 2001 e 2004. O objetivo fundamental do presente texto é servir como Guia Terapêutico, priorizando esquemas que possibilitem um maior número de trocas possíveis de medicamentos indicados para os casos relatados aqui, sem prejuízo da resposta clínica e imunológica, com utilização racional dos recursos terapêuticos e redução do risco de efeitos adversos. Não obstante, recomenda-se que o médico consulte outras fontes para a compreensão de todos os aspectos envolvidos nos cuidados necessários às crianças infectadas pelo HIV.

Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS – SIA/SUS: Manual de Orientações Técnicas

Este manual apresenta, de forma sintética, a descrição dos aspectos fundamentais e relevantes do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) do Ministério da Saúde e os módulos que constituem o referido sistema: cadastro, orçamento, produção, diferença de pagamento, crédito e operador. Dessa forma, busca-se com esta obra oferecer subsídios aos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) para uma realização mais eficaz dos processos de planejamento, programação, regulação, avaliação, controle e auditoria da atenção ambulatorial do SUS. Entre os instrumentos necessários à gerência eficaz das organizações, a informação é um insumo de grande importância, na medida em que é adequado para fortalecer o processo de tomada de decisões dos gestores públicos. O SIA foi implantado na década de 90 para realizar o registro dos atendimentos realizados em âmbito laboratorial. Ao longo dos anos, o Sistema de Informações Ambulatoriais vem sendo aprimorado para que efetivamente sirva de ferramenta essencial e decisiva para um melhor desempenho da área ambulatorial.



MONOGRAFIAS

AIDS

LEONARDI, Victor. **Violência e direitos humanos nas fronteiras do Brasil: história social de aids, das drogas e de sua prevenção.** Sobradinho: Paralelo 15, 2007. 309 p., il. (Série Coleção Violência e Direitos Humanos, 1). ISBN 85-86315-51-6.

COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório das oficinas de comunicação.** Brasília, 2007. 104 p., il. (Série D. Reuniões e Conferências). ISBN 85-334-1313-0.

CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental. **Boas práticas no abastecimento de água: procedimentos para a minimização de riscos à saúde: manual para os responsáveis pela vigilância e controle.** Brasília, 2006. 249 p., il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 85-334-1243-6.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental. **Vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano.** Brasília, 2006. 212 p., il. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ISBN 85-334-1240-1.

DIABETES MELLITUS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diabetes Mellitus.** Brasília, 2006. 56 p., il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Cadernos de Atenção Básica, 16). ISBN 85-334-1183-9.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. **Documento referência do MultiplicaSUS.** Brasília, 2007. 60 p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). ISBN 978-85-334-1319-1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Guia para a formação de profissionais de saúde e de educação: saúde e prevenção nas escolas.** Brasília, 2006. 148 p., il. (Série Manuais, 76). ISBN 85-334-1262-2.

HEMOFILIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual de dose domiciliar para tratamento das coagulopatias hereditárias.** Brasília, 2007. 18 p., il. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). ISBN 85-334-1347-4.

HIPERTENSÃO

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Hipertensão arterial sistêmica.** Brasília, 2006. 51 p. (Série Cadernos de Atenção Básica, 15). ISBN 85-334-1189-4.

INDICADORES BÁSICOS DE SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. **Indicadores de gestão do trabalho em saúde:** material de apoio para o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS – ProgeSUS. Brasília, 2007. 290 p., il. (Série G. Estatística e Informação em Saúde). ISBN 978-85-334-1325-2.

PEDIATRIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Guia de tratamento clínico da infecção pelo HIV em pediatria.** 3. ed. Brasília, 2007. 168 p., il. (Série A, Normas e Manuais Técnicos) (Série Manuais, 18). ISBN 85-334-1312-2.

RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. **Orientações gerais para elaboração de editais:** processo seletivo público: agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Brasília, 2007. 48 p., il. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ISBN 978-85-334-1274-3.

SAÚDE DA FAMÍLIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Primária. **Evaluación para la mejoría de la calidad de la estrategia salud de la familia:** documento técnico. Brasília, 2005. 110 p., il. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ISBN 85-334-1035-2.

SUS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle. **Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS - SIA/SUS:** manual de orientações técnicas. Brasília, 2007. 92 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 975-85-334-1329-0.

VIOLÊNCIA

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros.** Brasília: OEI, 2007. 190 p., il.

PERIÓDICOS

CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA = **REPORTS IN PUBLIC HEALTH.** Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 23, supl. 2. 2007.

EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE: revista do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, v. 16, n. 2, abr./jun. 2007.

JORNAL DE PEDIATRIA. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, v. 83, n. 3, maio/jun. 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE ENTOMOLOGIA. Curitiba: Sociedade Brasileira de Entomologia, v. 51, n. 2, abr./jun. 2007.

REVISTA RET-SUS: Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 2, n. 29, jun. 2007.

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA TROPICAL. Uberaba: Sociedade de Medicina Tropical, v. 40, n. 3, maio/jun. 2007.

REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA. São Paulo: USP, v. 41, n.3, jun. 2007.

24 de agosto

Dia da Infância

A violência contra crianças e adolescentes é uma realidade dolorosa, responsável por altas taxas de mortalidade e de morbidade nessa faixa etária, o que exige uma resposta séria e urgente da sociedade. Os serviços de saúde não podem deixar de enfrentar, ao lado de outros setores governamentais e não-governamentais, esse grave problema, que hoje faz parte das agendas de saúde pública de vários países. As experiências vividas na infância e na adolescência, positivas ou desfavoráveis, refletem-se na personalidade adulta. As dificuldades inevitáveis se tornam mais brandas quando enfrentadas com afeto e solidariedade. A violência gera sentimentos como o desamparo, o medo, a culpa ou a raiva, que, não podendo ser manifestados, se transformam em comportamentos distorcidos, perpetuando-se por gerações seguidas. Lamentavelmente, cresce o número de crianças e adolescentes que chegam à rede pública de saúde e às clínicas particulares como vítimas de maus-tratos, de abusos físicos, sexuais e psicológicos ou de abandono e negligência. Os profissionais de saúde, preocupados com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes e comprometidos com a promoção da saúde da população, muitas vezes sentem dúvidas quanto às maneiras mais corretas de agir. O estabelecimento de normas técnicas e de rotinas de procedimento para orientação desses profissionais tornou-se, portanto, uma demanda para apoiá-los no diagnóstico, no registro e na notificação desses casos de violência, como medidas iniciais para um atendimento de proteção às vítimas e de apoio a suas famílias. Essa frente de ação do setor saúde, que para alguns é ainda novidade, é muito importante porque os problemas de violência de qualquer espécie, tradicionalmente, foram deixados à consideração apenas da justiça e da segurança pública. O que, na prática, sempre coube ao campo da saúde é dar jeito nos estragos causados pelas lesões e pelos traumas provocados pelos pais, irmãos ou por outros agentes, quando chegam aos ambulatórios e hospitais. Mas sua ação geralmente se limitou a cuidar dos problemas físicos. Ao tratar a violência como um problema de saúde, o setor cria uma nova pauta interna

de questões que são, ao mesmo tempo, ricas, necessárias e inquietantes, pois passa a reconhecer que esse fenômeno não é uma doença do agressor, nem uma doença da vítima, mas um sério problema social que causa agravos à saúde. Essas distinções exigem uma abordagem diferenciada que inclui conhecimentos já consolidados em outras áreas, sobretudo, no campo social. E também dilui a clássica divisão entre clínica e saúde pública porque demanda uma forma de intervenção que junte as duas. De um lado, uma menina ou um menino que demanda os serviços deve ter seus problemas físicos (lesões e traumas) ou emocionais (derivações intrapsíquicas) atendidos por meio das técnicas terapêuticas convencionais. De outro, é importante incluir, nesse trabalho, as ações de prevenção e de promoção próprias da saúde coletiva. Nesse último caso, são fundamentais os procedimentos de identificação e controle de situações de risco, de acompanhamento de grupos mais vulneráveis e de articulação e diálogo com os familiares, com serviços públicos e com organizações não-governamentais que atuam na implementação de políticas sociais inclusivas e protetivas. A primeira pergunta que ocorre quando se coloca esse novo problema dentro das preocupações do setor é a seguinte: como atuar diante dos maus-tratos sem se limitar ao tratamento médico dos traumas e das lesões resultantes desses problemas? Reconhecendo os problemas de escassez de tempo, de pessoas, e desejando levar a sério essa questão tão importante, vem logo uma segunda pergunta: como articular interprofissionalmente um grupo que possa alimentar os conhecimentos da equipe, especializar-se mais na capacidade diagnóstica, e acompanhar os desdobramentos em relação às crianças e aos adolescentes vítimas? Pois o mais comum de acontecer é que, uma vez deixado o local de atendimentos a seus agravos visíveis, os meninos e as meninas voltam aos ambientes onde se reproduzem os mesmos comportamentos e as mesmas relações.

Texto adaptado do livro "Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde (Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002).

O Alerta é uma publicação mensal da Biblioteca do Ministério da Saúde – Ministério da Saúde/Secretaria-Executiva/Subsecretaria de Assuntos Administrativos/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/Coordenação de Biblioteca – Esplanada dos Ministérios, Bloco G, CEP: 70058-900 – Brasília/DF – Tels. (61) 3315-2410/3200 – Fax: (61) 3315-2563 – Tiragem: 1.500 exemplares – Produzido pela Editora MS/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE. OS 0769/2007.

Jornalista responsável: Paulo Henrique de Castro (4136/13/99/DF) – As publicações divulgadas estão disponíveis na Biblioteca do MS apenas para consulta. Empréstimos, restritos a Brasília, somente para servidores do órgão ou por intercâmbio entre bibliotecas.

Endereços eletrônicos: Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs> – Fale conosco: e-mail: biblioteca@saude.gov.br – Acesse também o Portal da Saúde: <http://www.saude.gov.br>.

ISSN 0104-9755



9 770104 975009

Ministério
da Saúde